



ENCONTRO INTERNACIONAL

Novos Paradigmas para um Outro Mundo Possível

**“Evitar o desastre ecológico.
Construir a sociedade do bem viver”**

14 e 15 de março de 2018 – Salvador/Bahia/Brasil

Local: Tenda Novos Paradigmas

Fórum Social Mundial 2018

Realização:



Parceria:



Apoio:





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	3
PROGRAMAÇÃO	4
ABERTURA DO ENCONTRO INTERNACIONAL NOVOS PARADIGMAS	6
MESA DE CONVERGÊNCIA 01: NOVOS PARADIGMAS PARA A SOCIEDADE DO BEM VIVER	7
RESISTIR E CRIAR	7
SEM OS POVOS INDÍGENAS O BRASIL SERIA SÓ CANA E PASTO	8
O DIREITO À MORADIA É UM DIREITO HUMANO	9
NÓS NÃO TEMOS UM MUNDO POBRE, TEMOS UM MUNDO DESIGUAL	10
A VIDA NÃO SE MERCANTILIZA, NÃO SE NEGOCIA	11
DIREITOS DA NATUREZA COMO TRANSFORMAÇÃO EFETIVA DA SOCIEDADE E DO MODELO PRODUTIVO	13
MESA DE CONVERGÊNCIA 02: RE-LANÇAMENTO DO BANCO DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS	14
O BANCO DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS	14
PRECISAMOS AGIR PARA SERMOS FELIZES, OUSAR SERMOS FELIZES	15
AUDÁCIA DE MUDAR, POR UMA MUDANÇA MUNDIAL	16
UMA SEMENTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO	17
SE A CRISE É TOTAL, A SOLUÇÃO TAMBÉM DEVE SER	18
OFICINAS DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS: PRÁTICAS DO BEM VIVER E DOS BENS COMUNS	20
Oficina 1: Energias Sustentáveis	20
Oficina 2: Água é Vida, Não Mercadoria	22
Oficina 3: Sistemas Populares de Gestão de Resíduos	23

Realização:



Parceria:



Apoio:





Oficina 4: Soberania Alimentar e Agroecologia	24
Oficina 5: Fazemos a democracia que queremos	26
Oficina 6: Casos de Mineração	27
OFICINAS DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS: ALTERNATIVAS DE TRANSIÇÃO PARA AS CIDADES	28
Oficina 7: Educação Emancipadora, a práxis da transformação	28
Oficina 8: Culturas de Resistência, as juventudes fazem a diferença	29
Oficina 9: Mulheres que Produzem riquezas e mudam vidas	31
Oficina 10: Por uma Frente de Resistência Urbana ³¹ para a construção de territórios de Bem Viver e Vida Digna na América Latina	31
Oficina 11: Por uma Mobilidade Sustentável e um Transporte Público Livre	32
Oficina 12: O papel da sociedade civil na implementação dos ODS - Agenda 2030	33

Realização:



Parceria:



Apoio:





APRESENTAÇÃO

A humanidade vive um momento de profunda desarmonia consigo mesma e com o Planeta em que habita. Há uma consciência coletiva de que estamos no limiar de rupturas políticas, sociais, econômicas e ambientais. O momento histórico requer atitudes inovadoras, compromissos coletivos e solidariedade. Em meio ao caos, milhares de pessoas, grupos, comunidades, organizações e movimentos sociais constroem no seu dia a dia um outro mundo possível. Dar visibilidade a essas iniciativas, colocá-las em contato, permitir um momento de trocas e de reconhecimento coletivo foi o sentido do Encontro Internacional - Novos Paradigmas para Um Outro Mundo Possível.

O espírito do FSM 2018, expresso pela consigna “Resistir é criar, resistir é transformar”, foi o de reunir a diversidade de lutas a fim de somar forças para a resistência em todo o mundo. Salvador foi palco de um grande encontro horizontal, autogestionado e determinado, no qual o Encontro Internacional - Novos Paradigmas para Um Outro Mundo Possível cumpriu um importante papel.

O Encontro se inseriu no âmbito do Projeto Novos Paradigmas, desenvolvido pela **Abong** e sua associada **Iser Assessoria**, em parceria com as agências internacionais, **Misereor**, **DKA** e **Fastenopfer** e contou com o apoio da **Fundação Rosa Luxemburgo** e da **União Europeia**.

Este documento propõe sistematizar as principais ideias trazidas pelos debates realizados pelo Encontro Internacional, cujos objetivos seriam o de mapear práticas sociais coletivas que inspiram e constroem os sentidos dos comuns e do bem viver no cotidiano; ideias e ideários alternativos ao desenvolvimento e; apontamentos para uma transição desde os modos de viver, de produzir, de consumir, de transformar a realidade.

Para cumprir este papel, o Encontro Internacional reuniu pessoas, redes, organizações, movimentos sociais e populares que priorizam práticas alternativas articuladas com um sentido ético e político voltado aos comuns e ao bem viver coletivo.

Boa leitura!

Realização:



Parceria:



Apoio:





INTRODUÇÃO

“Os sonhos da humanidade hoje se defrontam com os fundamentalismos das guerras e xenofobias e dos sistemas de dominação com suas novas formas de golpear liberdades e democracias. A capacidade de resistir é violentamente desafiada. Por isso as organizações e movimentos alinhados com a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial novamente se autoconvocam para reunir sua diversidade de lutas e somar forças para a resistência”. (FSM 2018)

O **Encontro Internacional Novos Paradigmas para um outro mundo possível** se insere dentro de uma estratégia de identificar, fortalecer e difundir práticas sociais do campo democrático e popular do Brasil, da América Latina e do Mundo que apontem para a construção de um outro mundo possível, urgente e necessário. Para cumprir este papel, o Encontro Internacional pretende mapear: (i) práticas sociais coletivas que inspiram e constroem os sentidos dos comuns e do bem viver no cotidiano; (ii) ideias e ideários alternativos ao desenvolvimento: o que acumulamos até aqui; (iii) apontamentos para uma transição desde os modos de viver, de produzir, de consumir, de transformar a realidade.

O Encontro Internacional, que também disponibilizou o Banco de Práticas Alternativas e utilizou-se do Observatório da Sociedade Civil como veículos de difusão dos conhecimentos acumulados, foi realizado durante os dias 14 e 15 de março de 2018, na **Tenda Novos Paradigmas** construída no Território Social Mundial, no Campus Ondina da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Contou com a participação de 120 pessoas, de 16 países e 2 continentes, em suas mesas de debate e oficinas temáticas. Reuniu indivíduos, redes e organizações de movimentos sociais e populares que priorizam práticas alternativas articuladas com um sentido ético e político voltado aos comuns e ao bem viver coletivo, em momentos de trocas e reflexões acerca de um tema principal, seja ele: **“Evitar o desastre ecológico. Construir a sociedade do bem viver”**.

A dinâmica do Encontro seguiu a metodologia proposta pelo GT Metodologia e Programação do FSM 2018, com a realização de mesas de convergências pelas manhãs e de oficinas, debates, mostras e exposições às tardes.

Neste sentido, foram realizadas, nas manhãs dos dias 14 e 15 de março, duas mesas de debates com convidadas/os internacionais e nacionais que problematizaram os temas propostos, com base em suas próprias experiências, nas reflexões políticas e teóricas produzidas e no diálogo com as demais pessoas participantes. Estas Mesas contaram com serviço de tradução simultânea.

5

Realização:



Parceria:



Apoio:





Para as tardes estavam previstas **12 (doze) oficinas de práticas alternativas** sobre diversos temas, mas uma delas não pode se realizar. Essas oficinas foram autogestionadas: cada grupo, coletivo, movimento ou articulação trouxe suas práticas e visões sobre a temática, havendo ainda exposições de materiais, fotos, veiculação de vídeos e documentários e mostras e exposição de objetos.

Nessas oficinas, na comunicação das práticas alternativas, os/as participantes foram orientados/as a se nortearem por duas preocupações que motivaram a realização do Encontro Internacional, sejam elas: (i) em que medida **suas práticas inspiram e constroem** os sentidos dos comuns e do bem viver?; (ii) quais as estratégias de **transição** para outro modo de viver que elas sugerem?

Estas questões facilitaram o processo de diálogo e a sistematização dos conteúdos e experiências trazidas ao debate e expressos neste documento.

PROGRAMAÇÃO

14/3 (Quarta-feira)

9H – Mesa de Abertura

Saudação de Abertura

Abong – DKA – Fastenopfer - Fundação Rosa de Luxemburgo - Iser Assessoria – Misereor – União Europeia

Abertura da Mostra Fotográfica

“O Rio que era Doce – os danos irreversíveis da mineração”

9H30 - Mesa de Convergências

Novos Paradigmas para a sociedade do bem viver

Quais os elementos necessários para novos paradigmas de sociedade/economia/meio ambiente?

Convidadas/os:

Bernd Nilles - Fastenopfer (Suíça)

Sônia Guajajara - Articulação dos Povos indígenas do Brasil – Apib (Brasil)

Natalia Quiñonez - Fundasal por el Derecho a la Vivienda y al Habitat (El Salvador)

6

Realização:



Parceria:



Apoio:





Ladislau Dowbor - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

Tânia Ricaldi - Grupo de Trabajo Cambio Climático y Justicia (Bolívia)

Edgardo Lander - Universidade Central da Venezuela (Venezuela)

Facilitação: Adriana Ramos – Instituto Socioambiental (ISA)/Abong

Oficinas de Práticas Alternativas: Práticas do Bem Viver e dos Comuns

14H00-16H00 - Oficina 1: Energias Sustentáveis – Facilitação: Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil. **Local:** Tenda Novos Paradigmas

Oficina 2: Água é Vida, Não Mercadoria – Facilitação: Articulação no Semiárido – ASA. **Local:** Tenda Novos Paradigmas

Oficina 3: Sistemas Populares de Gestão de Resíduos – Facilitação: Movimento Nacional Catadores de Matérias Recicláveis – MNCR. **Local:** Auditório I - Biologia

16H30-18H30 - Oficina 4: Soberania Alimentar e Agroecologia - Facilitação: Rede Ecovida de Agroecologia. **Local:** Auditório I - Biologia

Oficina 5: Fazemos a democracia que queremos – Facilitação: SOS Corpo, Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB/ Plataforma dos Movimentos Sociais pela da Reforma do Sistema Político. **Local:** Tenda Novos Paradigmas

Oficina 6: Casos de Mineração – Facilitação: Rede Justiça nos Trilhos. **Local:** Tenda Novos Paradigmas

15/3 (Quinta-feira)

9H – Relançamento do Banco de Práticas Alternativas

9H30 – Mesa de Convergência

Desafios e Alternativas para a transição para outro mundo

Passos e estratégias de transição: O que fazer? Com quem fazer? Quais as principais mudanças? Quem serão os sujeitos das mudanças?

Convidadas/os:

Patrick Viveret - Rede Diálogos em Humanidade (França)

7

Realização:



Parceria:



Apoio:





Ricardo Petrella - Instituto Europeu de Pesquisa sobre a Política da Água (Itália)

Lindomar Terena - Conselho Terena/ Articulação dos Povos indígenas do Brasil (Brasil)

Pablo Solon - Fundação Solon/ex-embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia na ONU (Bolívia)

Facilitação: Ivo Lesbaupin – Iser Assessoria

Oficinas de Práticas Alternativas: Alternativas de Transição para as cidades

14H00-16H00 - Oficina 7: Educação Emancipadora, a práxis da transformação – Facilitação: Rede Educação Cidadã – Recide. **Local:** PAF III - Sala 202

Oficina 8: Culturas de Resistência, as juventudes fazem a diferença – Facilitação: Movimentos Secundaristas em Luta (SP), Movimento Passe Livre, Observatório do Direito e Cidadania da Mulher e Black Lives Matter (EUA). **Local:** Tenda Novos Paradigmas

Oficina 9: Mulheres que Produzem riquezas e mudam vidas – Facilitação: GT Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES. **Local:** Faculdade de Comunicação - Sala 4

16H30-18H30 - Oficina 10: Por uma Frente de Resistência Urbana para a construção de territórios de Bem Viver e Vida Digna na America Latina – Facilitação: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST. **Local:** Tenda Novos Paradigmas

Oficina 11: Por uma Mobilidade Sustentável e um Transporte Público Livre – Facilitação: Fundação Rosa Luxemburgo/ Vida Brasil/ Movimento em Defesa Transporte Público – MTSP. **Local:** Tenda Novos Paradigmas

Oficina 12: O papel da sociedade civil na implementação dos ODS - Agenda 2030 – Facilitação: Inesc, Abong, Mesa de Articulação das Plataformas Nacionais de ONGS da LAC, Central Única dos Trabalhadores - CUT e União Europeia. **Local:** Tenda Novos Paradigmas

ABERTURA DO ENCONTRO INTERNACIONAL NOVOS PARADIGMAS

COMPOSIÇÃO DA MESA: Iser Assessoria (Ivo Lesbaupin), Abong (Adriana Ramos), União Europeia (Thierry Dudermel), Fastenopfer (David Knecht), Fundação Rosa Luxemburgo (Gehard Dilger), Misereor (Michaela Verboom).

Realização:



Parceria:



Apoio:





Todas as organizações presentes na mesa de abertura, sejam elas suas organizadoras (Abong e Iser Assessoria) ou demais convidadas, possuem laços históricos com as temáticas do Encontro, sendo parceiras comprometidas tanto no apoio às práticas sociais coletivas quanto na construção de alternativas de desenvolvimento que sejam capazes de impulsionar caminhos para uma mudança sistêmica – os Novos Paradigmas para um Outro Mundo Possível.

Em suas saudações ao evento, o entendimento geral das organizações presentes foi que as transformações necessárias só serão possíveis por meio do fortalecimento das organizações da sociedade civil e movimentos sociais, na busca de convergências entre diversos atores da luta por esse outro mundo possível. Este foi o sentimento extraído aqui dos conteúdos trazidos pelas duas mesas de convergência e das oficinas temáticas. Vamos a eles!

MESA DE CONVERGÊNCIA 01: NOVOS PARADIGMAS PARA A SOCIEDADE DO BEM VIVER

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Daniel Hostettler - Fastenopfer (Suíça)

Sônia Guajajara - Articulação dos Povos indígenas do Brasil (Brasil)

Natalia Quiñonez - Fundasal por el Derecho a la Vivienda y al Habitat (El Salvador)

Ladislau Dowbor - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

Tânia Ricaldi - Grupo de Trabajo Cambio Climático y Justicia (Bolívia)

Edgardo Lander - Universidade Central da Venezuela (Venezuela)

Facilitação: Adriana Ramos – Instituto Socioambiental (ISA)/Abong

NOSSA RESISTÊNCIA DEVE SER CAPAZ DE CRIAR O NOVO MUNDO

“A crise econômica, climática e o crescimento do populismo em todo o mundo, nos mostra a gravidade da crise que nosso Planeta vive. A sociedade civil e todos os atores individuais e coletivos devem se perguntar: o que fazer para chegar na mudança sistêmica?”

(Daniel Hostettler – Fastenopfer)¹

A criminalização dos ativistas sociais e a violência social contra ativistas e trabalhadores aumenta, a olhos vistos, em todo o globo. O slogan trazido pelo Forum Social Mundial -

¹ Daniel Hostettler apresentou o texto de Bernd Nilles, que não pôde estar presente neste dia.

Realização:



Parceria:



Apoio:





“Resistir é Criar, Resistir é Transformar” – não apenas dialoga com essa realidade como traz em si a ideia de que a nossa resistência deve ser capaz de criar o novo mundo.

Necessitamos de uma mudança completa no sistema, nos campos econômico, social e ambiental, o que envolve uma mudança dos padrões de produção e consumo. Como diz o Papa Francisco, mesmo que o desafio seja grande, não podemos encará-lo de maneira pessimista, devemos seguir em frente. Os caminhos do respeito aos Direitos Humanos e do uso de energias renováveis são imprescindíveis, mas insuficientes. Este processo de mudança é difícil, pois os que se beneficiam mais da crise do planeta são os mesmos que detêm o poder para mantê-la. Lutar contra sistemas antidemocráticos e pela participação política dos povos são importantes premissas para conter a crise ambiental, buscando políticas que se sobreponham a interesses nacionais em prol do desenvolvimento sustentável do planeta.

A quebra do poder trazido pelo monopólio da tecnologia, que cria um mundo centrado naqueles que a detêm, deve dar luz a uma tecnologia baseada nos saberes das comunidades e no uso comunitário do conhecimento. Economias descentralizadas e comunitárias, onde processos são levados pelo povo e para o povo e os membros da comunidade se organizam e participam destes processos, não apenas tendem a fortalecer o respeito às questões ambientais, como a própria sociedade civil.

A mudança virá de baixo, dos povos, como os exemplos vistos na Índia, Senegal e América Latina, que mostraram que é possível conquistar a independência face aos sistemas hegemônicos. É preciso compartilhar essas experiências, buscar pontos comuns com as realidades de outros países, de forma a ampliar esse conhecimento e construir o processo de mudança em todo o mundo.

SEM OS POVOS INDÍGENAS O BRASIL SERIA SÓ CANA E PASTO

“O tema dessa mesa tem muito a ver com a vida e a causa dos movimentos indígenas, e, sobretudo, com o nosso bem viver, nossa existência e nossa resistência”.

(Sônia Guajajara – APIB)

Precisamos romper muitas barreiras para alcançar a harmonia que o mundo precisa. Pensar em novos paradigmas para um novo modelo de bem viver passa por analisar o mundo de hoje e o que causa todo este mal estar vivenciado por todos e todas, expresso pela afronta às diferentes culturas, pessoas e modos de vida.

No campo político, não apenas as ameaças legislativas têm dificultado ao povo o acesso a uma vida digna e aprofundado a repressão aos movimentos sociais, povos e organizações da sociedade civil. No Brasil, vivemos em meio a um golpe de Estado, cujos reflexos são o ataque sistemático aos nossos direitos e às histórias de luta de muitas pessoas que deram sua vida

10

Realização:



Parceria:



Apoio:





para garanti-los. Nem a luta, nem a pressão, nem a mobilização popular estão dando conta de barrar as reformas feitas pelos donos do poder político e do poder econômico. Seguem operando os acordos que levaram ao golpe, levando o país a uma conjuntura dramática e brutal, com 40 anos de retrocesso no tocante aos direitos conquistados.

Os povos indígenas estão neste pacote do retrocesso, com os direitos territoriais sendo retirados e suas aldeias, parques, terras quilombolas e demais espaços sendo alvo de ações tortuosas e injustas, por parte do próprio Estado, para fins de exploração. Este mesmo Estado, inclusive, tem driblado sua própria lógica e *modus operandi*, se valendo de decretos e portarias do próprio poder executivo, em detrimento da tramitação de leis referentes ao tema no parlamento.

No aspecto econômico, observamos que a agenda política mudou de “desenvolvimento” para “exploração”, especialmente no que diz respeito aos recursos naturais e bens comuns - sobretudo a água. O Brasil possui os dois maiores aquíferos de água potável do mundo e ambos estão ameaçados de privatização. Existem hoje mais de vinte projetos no Congresso Nacional destinados à ampliação da caça, da pesca, da exploração de recursos naturais nacionais e do fortalecimento do agronegócio. A nossa luta, que inclui a preservação dos territórios, tem tudo a ver com a preservação da água e das riquezas naturais do nosso país. É preciso que estejamos dispostos ao enfrentamento, para que as mudanças aconteçam.

Também nos aspectos social e cultural, o efeito da lógica de ampliação da exploração é devastador. As mudanças político-econômicas que estamos vivendo estão esmagando cada vez mais a cultura indígena de nosso país, destruindo as nossas culturas originárias. Originalmente, éramos mais de 350 culturas indígenas no Brasil. Culturas que foram com o tempo sendo apagadas da história do nosso país. A miscigenação brasileira é fruto da violação dos direitos das populações indígenas, especialmente das mulheres, que foram estupradas e exploradas por anos pelos colonizadores. A população indígena só aparece hoje para a sociedade por meio de notícias ruins. Como podemos fazer com que o Brasil valorize nossa cultura originária, nossos povos, línguas e costumes? Não precisamos voltar ao Brasil Colônia, mas sim ter a consciência que os povos indígenas são os que garantem a resistência pela manutenção dos nossos recursos e riquezas naturais. Sem eles o Brasil seria só cana e pasto.

O DIREITO À MORADIA É UM DIREITO HUMANO

“Nossa proposta é a criação de terras comunais, coletivas, que sirvam ao povo como sempre serviram, para a ação em comunidade e para o bem de todos”.

(Natalia Quiñonez - Fundasal por el Derecho a la Vivienda y al Habitat)

Realização:



Parceria:



Apoio:





As violações de direitos que ocorrem hoje na América Central fazem parte de um processo histórico de violência social à qual nossos povos são submetidos, como privatização, criminalização e opressão estrutural da população negra, indígena, mulheres e juventudes, entre outras questões. Organizações como a *Fundasal por el Derecho a la Vivienda y al Habitat²*, que atua especificamente sobre a realidade centro-americana, buscam facilitar processos de troca de experiências e de ações entre os movimentos sociais e outras organizações em luta nestes territórios.

O direito à moradia é um Direito Humano e não apenas uma questão de política pública. Neste tema, as organizações internacionais sempre debatem muito a questão das cidades, mas na realidade Salvadorenha é importante discutir a questão da territorialidade. Para nós, o novo mundo só é possível através da justiça restaurativa, como um processo de restituição histórica. Os povos têm lutado e se organizado para alcançar isso por meio da organização popular, em luta contra a estrutura patriarcal, racista e injusta do capitalismo.

Em El Salvador, o governo, cuja origem encontra-se à esquerda, ao invés de lutar contra este cenário, tem colaborado para a entrega dos territórios e recursos locais. A partir desta realidade, os movimentos populares e organizações têm criado processos ainda mais amplos de resistência, pressionando o governo para que sua voz seja ouvida. E é a voz do conhecimento, da experiência, da prática, que há muito o povo já falava, já sabia, já praticava. Significa, portanto, que não há que inventar nada, mas sim trocar experiências e multiplicar os esforços para esta construção de um novo modo de vida, de um novo mundo.

A cooperação internacional, muitas vezes, tem cumprido um papel nocivo, dividindo as organizações em disputa por recursos e pulverizando a luta. Esperar pelos recursos tem deixado de lado o que é mais importante - compartilhar recursos econômicos, sociais e históricos que as próprias organizações têm a fim de construir um processo conjunto, coletivo.

Na América Central, independente do governo que esteja no poder, é preciso lutar para que o Estado se responsabilize para dirimir a desigualdade histórica que nossos povos vivem, de forma a pressionar por leis que garantam os interesses da maioria.

Em El Salvador tivemos uma importante vitória, depois de anos de luta: acaba de ser aprovada uma lei que proíbe a mineração de metais, possivelmente é o único país onde se conseguiu isso. Mas falta muito para conseguir avançar de verdade na garantia dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras. A direita está avançando em toda a América Latina e em nosso país não é diferente. Há muita desideologização em nossa sociedade, e as bases que foram constituídas pelo atual governo e os movimentos em luta podem ser perdidas na próxima eleição, em maio, onde a direita tem avançado muito.

² Organização que atua junto a movimentos sociais de luta por moradia em El Salvador. Então o que vou relatar aqui tem muito a ver com a realidade centro-americana.

Realização:



Parceria:



Apoio:





O tema da moradia não pode ser desvinculado do tema do solo. As tentativas de reforma na América Latina não deram certo, e podemos ver cada vez mais o papel das potências internacionais e das elites locais se alargando, no que diz respeito ao avanço da privatização das terras e da retirada de sua obrigatória função social.

NÓS NÃO TEMOS UM MUNDO POBRE, TEMOS UM MUNDO DESIGUAL

“Cabe destacar que, hoje, não são mais os Estados que são os detentores da riqueza. Ela está privatizada, nas mãos de poucas pessoas. Só o dinheiro que está em paraísos fiscais é vinte vezes mais do que aquele que a ONU aponta como necessário para começar a alteração do modelo produtivo no planeta”.

(Ladislau Dowbor – PUC/SP)

O eixo central que enfrentamos é a desigualdade. Nós não temos um mundo pobre, temos um mundo desigual. A partir do que produzimos hoje de bens e serviços, dividindo o PIB mundial em toda a população, temos uma renda igual a 3,5 mil dólares por família, o que representa que, em uma distribuição equânime destes recursos, não teríamos miséria, nem pobreza.

Em 2010, a PUC/SP fez um estudo³ que mostrou que perdemos mais de 50% da fauna do mundo. Somando esse fato com a contaminação das águas, a exploração dos recursos naturais, dentre outros dados alarmantes, temos um cenário terrível - Estão destruindo o planeta para beneficiar uma minoria. Apenas oito famílias detêm mais riqueza que os 50% mais pobres do mundo. Isso é uma aberração. Esse sistema é disfuncional. Em contraponto, os EUA estão propondo um novo pacto rearticulador da economia mundial para manter este sistema vigendo. Quantas pessoas vão ter que morrer, quantos muros vão ter que construir, quantas frotas militares vão ter que constituir para manter isso?

É preciso mudar a matriz energética, do uso dos solos, favorecer a produção de tecnologias limpas, democratizar a inclusão produtiva e baixar muros e fronteiras, a fim de criar uma sociedade cooperativa. O problema é que os recursos para isso estão concentrados nas mãos de poucos. Cabe destacar que, hoje, não são mais os Estados que são os detentores da riqueza, ela está privatizada, nas mãos de poucas pessoas. Só o dinheiro que está em paraísos fiscais é vinte vezes mais do que aquele que a ONU aponta como necessário para começar a alteração do modelo produtivo no planeta.

³ Este dado é confirmado pelo *Relatório Planeta Vivo 2014*, elaborado pela WWF: "Planeta perde metade de sua fauna nos últimos 40 anos" (cf. https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/relatorio_planeta_vivo).

Realização:



Parceria:



Apoio:





Urge estudar as experiências econômicas no mundo e pensar maneiras diferentes de organização social e econômica, de forma a compreender o mecanismo do dinheiro, que não é apenas o mercado financeiro, mas do uso de nossos recursos e de nosso trabalho. Se esse dinheiro não é utilizado para os objetivos comuns, ele será usado para manter o sistema.

A busca de resgate do controle sobre os recursos é fundamental, mas, para isso, é preciso entender como se estrutura o poder hoje no mundo. Nessa nova estrutura, 147 grupos controlam o poder econômico no mundo (em que $\frac{3}{4}$ deles são bancos). Controle esse que se dá a partir da exploração dos povos por meio de salários baixos, endividamento e precarização, garantindo uma desigualdade cada vez maior entre os donos do poder e os povos.

A VIDA NÃO SE MERCANTILIZA, NÃO SE NEGOCIA

“Não podemos ser cúmplices desse processo de venda da vida dos povos, temos que resistir. E que assumamos, como sociedade, esta bandeira para construir alternativas e novos paradigmas de vida”.

(Tânia Ricaldi – Grupo de Trabajo Cambio Climático y Justicia⁴)

Na tentativa de pensar qual o conceito de bem viver que defendemos, muitas vezes acabamos parando na crítica ao modelo vigente, sem proposições reais e concretas. Dessa forma, como constituir ações, alternativas e processos para criar algo diferente, de forma a pensar, imaginar e criar estes novos mundos possíveis? As comunidades indígenas podem ser um exemplo para nós.

Esse imaginar do bem viver nos ensina muito. Um desses ensinamentos é que as comunidades indígenas não se preocupam com os indicadores internacionais ou algo que o valha, mas vivem no cotidiano as contradições do sistema, em luta por sua resistência/existência. Vivemos em um contexto em que não apenas as transnacionais são nossos inimigos, mas também o Estado tem assumido esse papel na América Latina. Quando as populações passam a resistir contra as violações das empresas, o Estado tem passado a criminalizar e avançar legalmente contra a população.

É consenso que vivemos em uma crise civilizatória. A pergunta é: Como saímos desta crise? Seguimos vendo a natureza como mero espaço de exploração, de geração de riqueza e apropriação privada, mas os povos indígenas nos ensinam que a natureza deve ser protegida e não explorada. É essa proteção da natureza que faz possível que não só as populações indígenas, mas as urbanas, vivam no planeta. Nossa palavra de ordem precisa ser: A vida não se mercantiliza, não se negocia. Não podemos ser cúmplices desse processo de venda da vida

⁴ O Grupo de Trabajo Cambio Climático y Justicia é um coletivo boliviano de mais de 40 organizações que atuam sobre a questão das mudanças climáticas e da justiça.

Realização:



Parceria:



Apoio:





dos povos, temos que resistir. E que assumamos, como sociedade, esta bandeira para construir alternativas e novos paradigmas de vida.

Temos que pensar na diversidade destes novos paradigmas. As comunidades indígenas nos mostram que é possível se organizar de formas diferentes e constituir sociedades de bem viver. Podemos aprender muito com essas sociedades, em como respeitar nosso planeta e constituir maneiras melhores de viver. Na Bolívia, conseguimos uma Lei em defesa da Mãe Terra⁵, mas ela segue sendo violada constantemente pelo próprio Estado e pelas empresas. Neste momento, estamos em luta pelos direitos das águas e dos rios. Organizações estão indo de encontro ao Estado e sua política de despejo sistemático de populações que vivem em áreas ribeirinhas, para construção de hidrelétricas, assim como em parques naturais e demais áreas das comunidades originárias.

É emergente criar e ampliar, cada vez mais, espaços de concertação e de diálogo com as diversas comunidades e suas experiências. Extrapolar espaços internacionais (ONU, COP e etc.), onde a agenda é controlada pelos donos do poder, criando uma agenda dos povos, a fim de ampliá-la para as comunidades de base. Visibilizar experiências ao redor do mundo, de forma a multiplicar o acesso a elas, é um dos objetivos do Almanaque do Futuro⁶, mas precisamos de mais ferramentas comunicativas para que o povo saiba que há maneira de construir um novo mundo possível.

DIREITOS DA NATUREZA COMO TRANSFORMAÇÃO EFETIVA DA SOCIEDADE E DO MODELO PRODUTIVO

“(...) Muitas vezes, o debate sobre a crise e as alternativas aponta que a ciência e a tecnologia nos podem dar a saída, mas o padrão hegemônico da ciência e da tecnologia não apenas não nos apresenta as soluções como é parte do problema”.

(Edgardo Lander – Universidade Central da Venezuela)

É indispensável entender a crise que vivemos como uma crise civilizatória. Estamos em uma crise terminal do capitalismo, mas a crise atual é mais ampla, que atinge além do sistema econômico - uma crise da modernidade, social, política, econômica, cultural. Uma crise que tem a ver com o caráter antropocêntrico da humanidade, que coloca o ser humano no centro de tudo e destrói tudo que está em sua volta. É um padrão patriarcal, hierárquico, classista e

⁵ O Presidente da Bolívia, Evo Morales, promulgou uma lei que cria a Defensoria da Mãe Terra, que detalha como se deve viver em harmonia e equilíbrio com a natureza (2014).

⁶ O Almanaque do Futuro é um acervo de práticas inovadoras e alternativas em vários setores de quatro países da América Latina (<https://almanaquedelfuturo.wordpress.com/>)

Realização:



Parceria:



Apoio:





racista, que tem origem na Europa e que destruiu todas as outras possibilidades de organização social que ocorriam no mundo, naturalizando as diferenças e as desigualdades.

Muitas vezes, o debate sobre a crise e as alternativas aponta que a ciência e a tecnologia nos podem dar a saída, mas o padrão hegemônico da ciência e da tecnologia não apenas não nos apresenta as soluções como é parte do problema. A forma como se constrói a organização da sociedade e do pensamento, como se moldam os conceitos de progresso e de desenvolvimento, cria uma ideia irreal e equivocada de que a emancipação do ser humano se dá pelo acúmulo de riquezas. Instituições educacionais e de produção de conhecimento se transformam em centros fundamentais da reprodução e manutenção dessa narrativa, reforçando temas e padrões hegemônicos.

Hoje, na Europa, há grupos que discutem o tema do “decrecimento” – cujo debate se centra na ideia de que, para que o mundo seja harmônico, precisamos baixar nossos padrões de consumo. Na América Latina, o conceito de “pós-extrativismo” - mundo constituído para além da exploração do planeta para o consumo – é base de muitos debates. Cabe destacar que sob a onda de governos progressistas, nos últimos 15 anos, na América Latina, a grande expectativa era de que estes governos (em especial Venezuela, Bolívia e Equador) seriam ferramentas para acabar com as estruturas vigentes, formando novas Constituições que levantassem a questão da plurinacionalidade, dos direitos da Mãe Terra, da pluriculturalidade, etc. Não foi bem o que aconteceu nesses três países e nos demais que tiveram governos progressistas no continente.

Há uma questão fundamental que não foi elaborada e ela passa pelo papel destes países no tocante a sua inserção na economia internacional e em sua relação com a natureza - Em todos eles se ampliou o extrativismo e a primarização da economia. O extrativismo não é um modelo econômico, é uma forma de organização da sociedade, contra as diferenças e contra os povos. Porém, quando as novas Constituições estabelecem o direito dos povos indígenas a seus territórios, isso é incompatível à lógica de ampliação do capital através do extrativismo no longo prazo. Hoje nos encontramos em uma situação complexa de intervenção política do imperialismo e de fortalecimento das direitas, do individualismo e da retirada de direitos, que permite à direita ganhar eleições e desestabilizar os países. Nessa conjuntura, as novas Constituições são vistas com desconfiança.

O grupo de estudos da Fundação Rosa Luxemburgo), em Quito, se criou no auge do otimismo com esses governos, a fim de pensar como contribuir para a radicalização destes projetos. O tema da multiculturalidade é algo revolucionário, pois o Estado é, basicamente, a imposição de uma única cultura, autoritária e imposta sobre a diversidade. Esse tema trata de uma transformação cultural profunda, um horizonte utópico de sociedade, que apesar de estar no texto constitucional do Equador está longe de ser resolvido. O mesmo acontece com os direitos da natureza. Como garantimos que os direitos da natureza sejam uma transformação efetiva da sociedade e do modelo produtivo e não um texto abstrato? O grupo teve encontros

16

Realização:



Parceria:



Apoio:





com diversas comunidades em todos os países para debater a questão do desenvolvimento e como isso se relaciona aos processos progressistas na América Latina. O consenso era que a resistência e a construção são partes do mesmo processo. A luta de resistência contra a mineração, por exemplo, não é apenas a resistência contra o modelo, mas uma iniciativa de proposição de um novo modelo⁷.

MESA DE CONVERGÊNCIA 02: RE-LANÇAMENTO DO BANCO DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Patrick Viveret - Rede Diálogos em Humanidade (França)

Ricardo Petrella - Instituto Europeu de Pesquisa sobre a Política da Água (Itália)

Lindomar Terena – Conselho Terena/APIB (Brasil)

Pablo Solon - Fundação Solon/ex-embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia na ONU (Bolívia)

Facilitação: Ivo Lesbaupin – Iser Assessoria

O BANCO DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS

O Banco de Práticas Alternativas⁸ está inserido no âmbito do projeto “Novos Paradigmas de Desenvolvimento: pensar, propor, difundir”, iniciativa da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) e do Iser Assessoria, com apoio das agências internacionais Misereor, Fastenopfer e DKA. O projeto visa aproveitar a capacidade de mobilização nacional e internacional da Abong, sua estrutura, credibilidade e representatividade e articular isso com a competência acumulada pelo Iser Assessoria, no tratamento teórico e prático do tema do desenvolvimento e da sustentabilidade. Por meio da articulação com especialistas nacionais e internacionais, organizações e movimentos sociais de base, visa contribuir para a construção e difusão de um paradigma alternativo ao modelo de desenvolvimento dominante.

PRECISAMOS AGIR PARA SERMOS FELIZES, OUSAR SERMOS FELIZES

⁷ O vídeo da primeira mesa se encontra aqui: <https://www.facebook.com/ObservatoriodaSociedadeCivil/videos/1180230375441314>

⁸ O Banco pode ser acessado no site www.praticasalternativas.org.br.

Realização:



Parceria:



Apoio:





“A ideia de que não devemos apenas ter a esperança do Bem Viver, mas sim praticar o Bem Viver todos os dias, nas ações, nas organizações, nas maneiras de organizar a vida, é premissa importante para avançar na sua construção”.

(Patrick Viveret – Rede Diálogos em Humanidade)

Os novos paradigmas já existem, mas precisamos assumi-los de uma forma mais prática, concreta. Há três exemplos sobre como esses novos paradigmas já estão sendo postos em prática, sejam eles: as novas relações no tocante ao poder; a questão do Bem Viver; e a luta contra as violências de gênero e sexual.

Existem novas relações no tocante ao poder. O desafio ecológico criou um novo momento para a humanidade, pois a humanidade hoje precisa, prioritariamente, pensar na sobrevivência do planeta. Criamos uma comunidade que pensa no destino da humanidade, e isso tem total relevância no campo político. Historicamente, a política humana foi baseada nas relações com os chamados “perigos externos”, e agora, com o desafio ecológico, nosso problema é interno.

É momento de lidar e nos preocupar com uma barbárie interna, trazida pela nossa desumanidade, que está ameaçando o Planeta e a nós próprios. Neste sentido, todos os conceitos históricos da política, baseados em conceitos de invasão, poder e dominação, deixam de fazer sentido. O novo realismo político é aquele que vê a questão da coletividade humana, da convivência, da luta contra a barbárie interior, mudando assim nossa relação com o poder. O poder passa a ser a nossa condição de manter e exercer a nossa vida – individual e coletiva.

Há a questão do Bem Viver, que foi mote fundamental do FSM de Belém (2009), mas não demonstrou maiores avanços desde lá. A ideia de que não devemos apenas ter a esperança do Bem Viver, mas sim praticar o Bem Viver todos os dias, nas ações, nas organizações, nas maneiras de organizar a vida, é premissa importante para avançar na sua construção. Alterar hábitos de consumo, de energia, de forma a pensar nisso tudo como ferramenta da construção do Bem Viver, que só será um modelo concreto se for construído a partir de ações e práticas também concretas.

A luta contra as questões de violência de gênero e sexual pode, muitas vezes, refletir uma questão pessoal, mas é uma questão de toda a sociedade. A luta pela mudança individual, da consciência individual e sua humanização é também uma mudança coletiva, de toda a sociedade. A luta das mulheres é um grande exemplo disso. Precisamos agir para sermos felizes, ousar sermos felizes, e isso só ocorrerá com a ação individual e coletiva, rumo aos novos paradigmas.

Ao considerar que todos os seres humanos tem alguma qualidade e todos os habitantes da terra devem ser reconhecidos, propomos o Conselho de Segurança da Humanidade. Com o

Realização:



Parceria:



Apoio:





propósito de entender os riscos que a sociedade está vivendo e como as pessoas podem agir em relação a essa realidade, já que os Estados não o farão. Não temos que esperar os poderosos para vivermos nossos sonhos. Devemos viver nossos sonhos hoje, a partir de nossas experiências e práticas alternativas. Só podemos reagir à lógica assassina dos poderosos com uma lógica de vida. Temos uma crise sistêmica e para reagir a isso temos que buscar uma resolução sistêmica.

AUDÁCIA DE MUDAR, POR UMA MUDANÇA MUNDIAL

“O outro lado pensa na guerra para resolver os problemas - não podemos aceitar a violência da guerra. Queremos justiça, paz e uma melhor vida para as pessoas. Devemos afirmar que não pensamos ser a guerra inevitável”.

(Riccardo Petrella – Instituto Europeu de Pesquisa sobre a Política da Água)

Estamos sempre falando sobre a mudança do mundo, mas ninguém pode falar em nome da humanidade. As questões relacionadas a toda a humanidade também são questões setorializadas, territoriais e, por mais que, por um lado, isso dê legitimidade às organizações e atores locais, por outro, pode levar elas a falarem sempre sobre seus interesses. É possível criarmos atores que possam falar em nome de toda a humanidade?

Hoje o poder político formal está fragmentado, setorializado, e o poder real encontra-se concentrado nas grandes empresas e corporações. O poder público, como central, não existe mais. Então, pensar no processo de mudança como uma ação desses governos ou setores é um erro. As pessoas estão céticas, precisamos de novas ferramentas. Precisamos criar uma ideia de poder descentralizado, coletivo, que abarque toda a humanidade rumo à mudança. E precisamos ter audácia para chegar a isso.

Cada um/a de nós deve agir, cotidianamente, com audácia de mudar, pois só assim chegaremos a uma mudança mundial. O outro lado pensa na guerra para resolver os problemas - não podemos aceitar a violência da guerra. Queremos justiça, paz e uma melhor vida para as pessoas. Devemos afirmar que não pensamos ser a guerra inevitável. A guerra só existe porque dá dinheiro, porque é uma ferramenta do poder econômico das potências mundiais. Não é a situação dos povos que justifica a guerra, mas o interesse dos poderosos. Muitas nações estão juntas nessa ideia – 122 países assinaram o tratado contra a proliferação de armas nucleares, então não devemos nos inibir porque alguns países poderosos não assinaram esse tratado, que achem que podem desprezar o resto do mundo.

Em nosso mundo, há pessoas que ganham 34 milhões de dólares por ano sem fazer nada, apenas por valorização de suas ações. Um professor ou um operário tem que trabalhar uma

Realização:



Parceria:



Apoio:





vida toda e não consegue chegar a algo perto deste valor. Não podemos aceitar que o mercado financeiro e o capital especulativo ditem as regras do jogo. Temos que lutar por escolas, por condições de vida digna, para abolir este sistema ilegal de divisão e opressão.

Como podemos mudar isso? Algumas propostas interessantes passam pela conscientização - entender que não somos mais cidadãos de um ou outro país, ou definidos por nossa profissão, somos habitantes da Terra. É preciso conscientizar os setores públicos, lutar pelos direitos coletivos, propor a desintitucionalização do mundo. A humanidade é o Conselho de Segurança do mundo. O conhecimento e a gestão não podem ser privados, têm que ser coletivizados para o bem comum, para toda a humanidade.

De toda forma, a ideia da transformação individual também é muito importante. Ela deve se contrapor à lógica do individualismo imposta a nós pelo outro lado. É preciso compreender também que nós e a natureza somos um só, ampliando a importância de lutar contra os fatores estruturais que nos impedem de lutar coletivamente. Há muita gente que fala em nome de Deus para continuar matando e acabando com outras culturas e povos, temos que nos libertar disso também e pensar na espiritualidade com unidade, não divisão. É premente ainda nos livrar dos líderes autoritários, pois é o povo que deve libertar sua nação e se libertar enquanto povo. Temos que nos livrar da separação econômica, da divisão, da propriedade privada, de tudo que classifica as pessoas pelo que elas têm e o que acumulam.

UMA SEMENTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO

“Se não rompermos a cerca que nos separa de nossa terra e de nossa história, não vamos alcançar o Bem Viver para nós e para as gerações futuras”.

(Lindomar Terena – Conselho Terena/APIB)

Os povos indígenas do Brasil têm buscado alternativas para conseguir recuperar e alcançar os territórios onde seja possível existir o Bem Viver para os povos indígenas. Enquanto o Estado brasileiro for esse, sabemos que nossas terras não serão demarcadas e não estarão sob nossa responsabilidade. Se não rompermos a cerca que nos separa de nossa terra e de nossa história, não vamos alcançar o Bem Viver para nós e para as gerações futuras.

Estamos organizados para fazer o enfrentamento contra o Estado, em todos os âmbitos, pois isso foi tudo que nos restou. Sabemos que, nesse processo, muitos de nossos companheiros vão perder a vida pelas mãos truculentas do Estado, mas temos a consciência de que essa é a única maneira de conquistar a terra que é nosso direito histórico.

Hoje, espaços de resistência, que só serviam para o plantio de soja ou pasto de gado, estão ocupados pelo nosso povo, que desenvolve um processo de recuperação do território a partir da agroecologia e da nossa própria cultura. Estamos recuperando nossos costumes, nossas

20

Realização:



Parceria:



Apoio:





línguas, nossa convivência, resgatando nosso passado. Passamos a produzir nosso próprio alimento - isso é importante, porque temos consciência de que os produtos industrializados trazem doenças e mal-estar a nosso povo. A recuperação dos territórios também se reflete na educação. Começamos a nos organizar na questão educacional, de forma a trazer novas experiências e mais cultura para nosso povo, em cada um dos territórios indígenas desse país.

O capitalismo é violento contra os povos indígenas e os demais povos oprimidos. Sabemos que não estamos sozinhos nesta luta e queremos alimentar essa ideia conjunta de humanidade, dar a nossa semente para a construção de um novo mundo, tanto nas questões sociais e culturais, quanto nas questões espirituais.

A luta pelas futuras gerações já começou. Fazemos agora ou não teremos uma nova geração para viver o Bem Viver. Ter ousadia e acreditar naquilo que nasce no fundo do nosso peito, senão não haverá uma maneira de viver o que sonhamos. É preciso romper aquilo que nos impede, que nos diz que não pode ser feito. É necessário quebrar essas barreiras para alcançar um planeta melhor, um mundo onde o Bem Viver possa se desenvolver plenamente.

SE A CRISE É TOTAL, A SOLUÇÃO TAMBÉM DEVE SER

“A alternativa sistêmica é anticapitalista, mas não só. Ela deve ser antiextrativista, antiprodutivista e antipatriarcal. Deve ainda superar o antropocentrismo e criar uma nova relação com a natureza. A alternativa deve dar todas essas respostas.”.

(Pablo Solon – Fundação Solon/ ex-embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia na ONU)

A crise que vivemos é uma crise sistêmica. Não é só política, econômica, social, cultural, mas uma crise que engloba tudo isso. Uma crise de todo o sistema que vigora na Terra. Há governos na América Latina que se dizem anticapitalistas, mas que são extrativistas - a esquerda sempre foi muito produtivista. Se a crise é total, a solução também deve ser total. A alternativa sistêmica é anticapitalista, mas não só. Ela deve ser antiextrativista, antiprodutivista e antipatriarcal. Deve ainda superar o antropocentrismo e criar uma nova relação com a natureza. A alternativa deve dar todas essas respostas.

Ainda é visto como natural se falar que “primeiro vamos resolver o problema do capitalismo” para depois resolver o do patriarcado, depois a questão do racismo, etc. Já é sabido que isso está errado. O enfrentamento destes problemas deve se dar de forma articulada, pois os problemas também estão articulados entre si. É preciso ir além da resistência, pois ela não é sempre uma alternativa. Quando lutamos contra a instalação de uma hidroelettrica é necessário lutar oferecendo uma alternativa, de maneira articulada com as perspectivas de transformação sistêmica que se deseja. Quando falamos de mudança climática, temos que

Realização:



Parceria:



Apoio:





avançar no todo. Não é suficiente “não explorar o petróleo”. O problema climático não é só a exploração e combustão de petróleo, mas toda a nossa relação com a natureza.

É um avanço a água ainda ser considerada um direito humano, componente importante na busca de uma mudança profunda da relação das pessoas com a Natureza e com o planeta. No campo energético, não adianta mudarmos uma fonte de energia por outra, ou trocar uma empresa transnacional pelo monopólio estatal. É preciso mudar todo o sistema, criar uma alternativa para todo o sistema, em suas diferentes dimensões. Na Bolívia, por exemplo, a esquerda conquistou o governo e pensou-se que o Bem Viver fosse ser aplicado, mesmo que de cima para baixo. O tempo nos disse que foi um erro, que transformações assim não se dão dessa forma, e que colocar o olhar sobre os exemplos de autogestão e organização são importantes para a criação de uma verdadeira alternativa.

Fala-se muito do Bem Viver, mas se faz necessário reconhecer as falhas e lacunas deste conceito. Ele não responde a tudo, e deve aprender muito com outras visões – assim como outras visões devem aprender muito com o conceito do Bem Viver. O Bem Viver tem muito a aprender com o feminismo, pois ele não é, necessariamente, antipatriarcal. Tem muito o que aprender com os movimentos dos comuns, dos bens comuns, porque estes apresentam proposições alternativas ao Estado. As visões que temos são todas importantes e pensam no novo mundo, mas são insuficientes. Precisamos buscar a complementariedade entre as ideias de um novo mundo, para criar uma alternativa sistêmica.

A complementariedade é o contrário da competição, que é colocada à humanidade pelo capitalismo. Somos mais eficientes em criar alternativas se o fizermos juntos, complementando nossas ideias. Temos que estudar e conhecer os novos paradigmas, mas conhecendo seus méritos e suas fragilidades, criando uma alternativa de fato sistêmica.

Para construir alternativas sistêmicas, a pergunta sobre o que é necessário fazer para chegar lá se faz fundamental. Que ações serão criadas, que ferramentas precisam ser transformadas, que inovações serão necessárias para criar esse novo mundo? A realidade é que as coisas não são tão simples. Urge sair da inércia e buscar ações novas, de forma a aprender com os erros.

Um deles tem a ver com a aposta do FSM em governos progressistas. Não deu certo, não foi realizado um processo de autocrítica, nem de avaliação e de aprendizado, mesmo que parte do problema tenha sido a sabotagem política vinda do outro lado da trincheira. Um exemplo é a Bolívia – onde havia uma hegemonia de pensamento à esquerda contra os transgênicos. Evo Morales⁹, atual presidente, é originário do movimento camponês boliviano e, depois de 12 anos de seu governo, 100% da soja deste país é transgênica e a produção de milho transgênico está sendo implantada por lá. Esse exemplo tem a ver com a emergência de olharmos para

⁹ Evo Morales, Líder sindical dos cocaleros – agricultores produtores de coca, de etnia uru-aimará, é Presidente da Bolívia desde 2006.

Realização:



Parceria:



Apoio:





nossos próprios erros. Porque Belo Monte foi construída por um governo que se referenciava à esquerda? Porque Evo Morales está despejando indígenas de seus territórios para construir hidrelétricas? É preciso entender e refletir sobre esse fenômeno.

Há uma questão final a ser abordada que passa pela nossa capacidade de pensar à frente. No futuro, a energia vai ser profundamente armazenável. Isso tende a mudar a lógica de exploração e uso da energia. Para se pensar em alternativas, é preciso conseguir compreender essas mudanças no mundo e na maneira como a produção e a reprodução desse sistema se desenvolverá.

Não pode haver um processo de construção de novos paradigmas se não houver um processo de descolonização de nossas mentes. Muitas vezes os conceitos que usamos são estrangeiros, baseados nos velhos paradigmas. Temos que pensar alternativas ao produtivismo, que é algo que a esquerda reproduz - fala de redistribuição de riqueza, mas apostando na continuidade da produção -, apenas no pensamento reduzido de trocá-la de mãos. O conhecimento deve ser utilizado para que, a partir da complementariedade, consigamos construir os novos paradigmas que almejamos.

OFICINAS DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS: PRÁTICAS DO BEM VIVER E DOS BENS COMUNS

OFICINA 1: ENERGIAS SUSTENTÁVEIS

Facilitador: Joilson Costa (Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil)

Foram apresentadas oito experiências/práticas alternativas de diferentes países: duas experiências brasileiras; uma iniciativa europeia; duas práticas na Suíça; duas experiências na Colômbia; e uma na Bolívia. São experiências relacionadas à utilização de energias renováveis – solar e eólica – tanto em áreas rurais como urbanas. Em alguns casos, a energia é usada de forma descentralizada, atendendo comunidades isoladas de povos indígenas. Em outros, a energia é ligada à rede municipal/regional, de forma a distribuir seu excedente. Existem articulações mais amplas, de forma a incidir junto ao poder público a fim de levar à correção de políticas públicas ou à adoção de políticas que valorizem as energias renováveis. Estas articulações incluem processos de divulgação, conscientização e formação, assim como campanhas específicas. Vamos às experiências!

23

Realização:



Parceria:



Apoio:





A Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil, criada em 2013, é composta por várias organizações envolvidas na busca pela mudança das matrizes elétrica e energética no Brasil. Foca no abandono dos combustíveis fósseis e uso das energias renováveis, priorizando a geração descentralizada. A principal ação da Frente é a incidência sobre o poder público, para a mudança da política energética. A energia solar fotovoltaica ainda ocupa muito pouco espaço entre as fontes de energia no Brasil. Por esta razão, a partir de 2015, a Frente desenvolve vários projetos, sejam eles: a campanha "Nossa Casa Solar"; a "Escola Solar" (para disseminar a energia solar em escolas públicas); a formação de "agentes comunitários de energia"; a "Padaria Solar"; e a "Fábrica-Escola de lâmpadas LED de forma artesanal".

Na região Amazônica, em Roraima, uma comunidade indígena vive em uma região comprovadamente com forte potencial eólico (ventos). Após discussões e articulação com o poder público estadual e federal, foi instalado um sistema piloto de geração elétrica de matriz eólica. A instalação de dois sistemas foi realizada pelos próprios indígenas, com apoio técnico, atendendo hoje a cerca de mil pessoas. Em outra comunidade indígena se montou uma miniusina de energia elétrica, baseada na energia solar, cuja produção atende às necessidades da escola, da associação e outros equipamentos públicos. Estão sendo formados técnicos indígenas para a manutenção deste tipo de energia e uma Feira de tecnologia sobre geração de energia foi criada para fins de conhecimento/informação a comunidades isoladas.



A CIDSE (Aliança que reúne 18 agências católicas de cooperação internacional, com sede em Bruxelas) possui um Grupo de Trabalho sobre energias renováveis.

A primeira experiência apresentada na Suíça é de uma casa coletiva, instalada em uma antiga fábrica, onde moram várias famílias – 250 pessoas no total. Ela possui um canal que recolhe água de um rio adjacente e gera energia suficiente para 750 famílias - muito mais do que o necessário para a casa - cujo excedente é aproveitado na rede elétrica da região.

A outra experiência também é uma casa, de matriz comunitária, construída a partir do uso de materiais reciclados, que abriga um total de 200 pessoas. Seus moradores desenvolvem cerca de vinte iniciativas econômicas e produzem sua própria energia elétrica (solar), conservando energia por meio de um sistema de isolamento próprio.



Na Colômbia, o *Movimento Rios Vivos* procura contribuir para a transição da fonte mineiro-petroleira (mineração-petróleo) para energias renováveis. Seu esforço se concentra em fazer com que a tecnologia seja acessível para as pessoas e comunidades. Desenvolve sistemas de coleta de água, de geração de energia e de produção de alimentos. Ao mesmo tempo, em conjunto com sindicatos dos setores de carvão, petróleo e movimentos territoriais, constituíram uma *mesa social* minero-energética, para debater estas questões. Um dos princípios que defende é: "A transição não é possível sem uma mudança cultural. É preciso repensar as formas de vida, de consumo".

Realização:



Parceria:



FASTENOPFER

Apoio:



União Europeia



ROSA LUXEMBURG STIFTUNG



Em outra experiência na Colômbia, 150 famílias atuam na perspectiva da consolidação de uma agricultura de conservação, de forma a eliminar o uso de herbicidas e fortalecer o uso de energia fotossintética para o reparo do ciclo natural local.



Na Bolívia, algumas entidades e movimentos estão se mobilizando para tentar impedir o desenvolvimento de um programa de governo que implica na construção de quatro megaprojetos de hidrelétricas, cujo objetivo é exportar energia para o Brasil. O esforço desta articulação é mostrar a inviabilidade destes megaprojetos e o quanto eles serão prejudiciais para a população e para o meio ambiente. Uma preocupação é que, para poder usar energia solar amplamente, para que ela possa ser compartilhada, é preciso mudar a lei de eletricidade boliviana. A mobilização também vai neste sentido e no pensamento de que é preciso pensar em como se usa a energia - transformando consumidores de energia em produtores de energia.

OFICINA 2: ÁGUA É VIDA, NÃO MERCADORIA

Facilitador: Cleuza Ruy Barbosa (Cáritas – vinculada à ASA – Articulação do Semiárido)

A questão da água é um problema mundial e a luta para que o direito ao seu acesso seja um direito humano traz estratégias específicas para os diferentes contextos. Em El Salvador – não há água para consumo humano – não há lei de água. Na Colômbia, o movimento social pela defesa da água atravessa décadas de disputas por território em conflitos com os privatistas da água e contra a construção de hidrelétricas. A luta permanece na multiplicação de mobilizações e consultas sobre políticas de defesa da água e na estratégia de construção de aquedutos comunitários - encarregados de prover água às comunidades locais – mesmo que as mineradoras e hidrelétricas tenham sido entraves permanentes para os avanços da luta.

No Ceará (Brasil), no tocante ao reaproveitamento da água, o Programa de Desenvolvimento Comunitário estimula a prática do aproveitamento e bom uso da água, por meio de tecnologias sociais e processos de mutirão, que tem produzido uma importante mudança na realidade do semiárido, trazendo desenvolvimento comunitário e humano, além do fortalecimento das potencialidades locais.

O Assentamento Terra Vista (Bahia) atua na base da transição agroecológica e agroflorestal e tem sido uma das sedes da Teia dos Povos e das Águas. Cabe destacar que o “Projeto 400 mil ha”, de Recuperação e Implantação de 400 mil hectares de Cacaú Cabruca e Sistemas Agroflorestais na Bahia, é uma iniciativa da Teia e do Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA), contemplando 92 municípios, por meio da revitalização de uma grande economia de base na Mata Atlântica baiana. Em relação a mananciais como o Manancial de Volta Redonda, há uma união contra a transposição do Rio São Francisco (comissão ambiental), cuja premissa passa também pelo fato de os centros urbanos – aqueles que mais utilizam, desperdiçam e poluem – necessitem se voltar à educação para o uso da água.

25

Realização:



Parceria:



Apoio:





O estado também precisa se debruçar sobre políticas públicas que regulamentem as nossas relações com a água e reconheçam as comunidades gestoras da água para a efetiva gestão dos recursos hídricos locais. No Amazonas, por exemplo, seguimos vendo a facilitação das leis ambientais pelo governo brasileiro, assim como a exploração dos nossos recursos hídricos e iminência de privatização da água. Uma experiência relevante que vai de encontro a essa realidade é a experiência da Articulação do Semiárido brasileiro (ASA).

A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede de organizações, criada em 1999, que envolve todos os estados do semiárido brasileiro e trouxe um novo olhar sobre políticas errôneas de combate à seca. Hoje, estrutura-se formalmente, para além da articulação, por meio de uma OSCIP denominada P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas)¹⁰, que gerencia recursos públicos e materializa políticas de convivência com o semiárido no Brasil. A lógica anterior de combate à seca, que pautava políticas a partir das fragilidades e sofrimentos das populações destes territórios, vistos como lugar de terra seca e de fornecedor de mão-de-obra barata para outros estados brasileiros, foi substituída pelo olhar da convivência. Convivência que parte das potencialidades e riquezas do semiárido, “lugar bom de se viver”, onde a educação popular e as Tecnologias Sociais foram capazes de alterar um dos principais paradigmas do Brasil – a indústria da seca.

Uma nova postura na estratégia política da sociedade civil e do poder público, balizada nessa também inovadora perspectiva, mesmo com uma seca prolongada vivenciada entre os anos de 2006 e 2011, foi capaz de alterar o quadro de mortes humanas naquelas localidades. A compreensão da irregularidade das chuvas (e não falta delas), já que o semiárido, comprovadamente, possui quatro meses de chuvas e oito meses de estiagem, em média, foi fundamental para que os resultados positivos se multiplicassem. Os sistemas de captação de água da chuva centralizados nas cisternas e na formação comunitária – como a maioria do solo é de rocha cristalina, não apropriada para poços cartesianos – garantiram o atendimento de água limpa às famílias durante os meses de estiagem. Uma cisterna de 16 mil litros possibilita 14 litros de água/dia a uma família média (5 pessoas), no período de oito meses, para beber, cozinhar e escovar os dentes etc.

Os rebatimentos dessa política vitoriosa, cujas experiências tornaram-se políticas públicas, assumidas pelos governos, podem ser vistos nos seus desdobramentos – programa Cisternas Nas Escolas, P1+2 (Programa 1 Terra e 2 Águas), permanência da juventude no campo, ampliação no acesso à terra, dos direitos das mulheres, das políticas de comunicação local etc., além de as trocas de experiências serem impulsionadoras de mais mobilização social e organização comunitária.

OFICINA 3: SISTEMAS POPULARES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

¹⁰ OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Realização:



Parceria:



Apoio:





Facilitador: Alex Cardoso (Movimento Nacional dos Catadores e Recicladores – MNCR)

A necessidade de mudança de matriz para que seja possível chegar ao resíduo zero é defendida pelo Movimento Nacional dos Catadores e Recicladores (MNCR), que coloca a reciclagem popular como fundamental nessa alteração de paradigma, de forma a dar condições econômicas para as pessoas que fazem esse trabalho e responsabilizar os geradores sobre o resíduo produzido.

Dentro do processo da disputa legislativa, há diferentes propostas de gestão dos resíduos a serem utilizadas. Na disputa de tecnologia, de um lado, estão os catadores, ambientalistas e outros atores em defesa da Reciclagem Popular e, do outro, políticos e empresários da incineração dos resíduos - apresentada como alternativa ambiental, com o argumento de que gera energia. Os responsáveis pela incineração, que exige um número pequeno de técnicos com alto grau de instrução para acompanhar o processo, seriam multinacionais européias e da América do Norte. A questão colocada aqui é que a reciclagem economiza muito mais energia do que a incineração poderia gerar. A incineração gasta mais dinheiro, envolve mais tecnologia, polui e encerra o ciclo produtivo dos recicláveis. A Reciclagem Popular gasta menos dinheiro, traz inclusão social e a geração de trabalho e renda para milhares de pessoas reintroduzindo os resíduos no ciclo produtivo.

A responsabilização sobre os resíduos também é de cada cidadão ou cidadã brasileiro. É obrigatória, no Brasil, a separação dos resíduos residenciais, para fins de destinação à coleta seletiva. Os governos municipais, que devem contratar ou realizar esse serviço de coleta seletiva, sempre argumentam que não há dinheiro para contratar catadores. Ainda assim, seguem contratando empresas que custam cinco vezes mais que os catadores.

Nessa disputa da contratação do serviço, cabe destacar que o porquê das empresas disputarem apenas a logística da operação e não a reciclagem como um todo, passa pela reciclagem ser baseada na exploração dos catadores e por não dar lucro. As empresas não querem reciclar, mas disputam a tecnologia de gestão do resíduo, a coleta seletiva, a educação ambiental e a propaganda que é atrativa. A identidade do processo e o galpão de reciclagem - escondido no meio de uma vila, onde trabalham os mais excluídos da sociedade - as empresas não querem.

O debate sobre a reciclagem popular também se centraliza no fortalecimento do desenvolvimento da economia local. Na cooperativa, o dinheiro fica na vila, na favela, na comunidade, no lixão, onde vivem as pessoas e onde se desenvolve, na prática, a economia. Se o catador ganha bem consegue melhorar as condições de vida. Corta o ciclo de pobreza e miséria, que sabemos ser intensificado pela violência, e abre possibilidade de acesso a direitos.

O reconhecimento dos catadores e catadoras como profissionais fundamentais para a vida urbana não é uma questão apenas do trabalho, mas do direito à cidade.

27

Realização:



Parceria:



Apoio:





Divulgação do MNCR sobre a oficina:
<https://www.facebook.com/catadores/photos/a.133063696770032.33060.109561942453541/1705580836184969/?type=3&theater>
<https://www.facebook.com/catadores/videos/1704603922949327/?t=78>

OFICINA 4: SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

Facilitador: Valério Sartor (Colômbia – REPAM)

A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), organização da Igreja Católica que atua na Amazônia no sentido de enfrentar mineradoras, madeireiras e defender a população local, possui oito temas, cinco eixos e três serviços. Os Eixos, para além dos serviços de comunicação e apoio financeiro, são distribuídos em: Povos indígenas; Formação pastoral; Fronteiras; Justiça socioambiental e bem viver; e Direitos Humanos. O Eixo Justiça socioambiental e bem viver possui uma metodologia geradora chamada Aulas Vivas, cuja aprendizagem concilia a teoria e prática. Inicia-se com relatos indígenas sobre escassez e abundância, pelo esboço de como é e de como poderia ser o plantio. Traz também o debate sobre a recuperação da floresta, se contrapondo ao costumeiro abandono da terra, de forma a fazer o caminho de volta, recuperando o terreno, mantendo-se mais tempo no local, por meio de técnicas de conservação do solo e resgate de técnicas indígenas tradicionais.

A Vivant Internacional oferece cursos sobre os problemas relacionados à temática da terra em países como Bolívia (com Guaranis), Peru, Guatemala, Congo e Libéria, de forma a conscientizar a todos sobre a compreensão do valor da Mãe Terra, sobre a ameaça relacionada à soberania alimentar, sobre o sistema de agricultura familiar, sobre como construir o sentido de comunidade e política nesses países em relação a esses temas.

A Bolívia, cuja Reforma Agrária data de 1953 (para unidades campesinas), passa por uma consolidação da ideia de território por parte do movimento indígena, no começo dos anos de 1990. Em 1994, uma lei passou a reconhecer os territórios indígenas e campesinos e, em 2009, é aprovada uma constituição bastante avançada no tocante à retomada das terras improdutivas por parte destes. Constituído por uma considerável parcela da população do meio rural (cerca de 30%), esse país possui hoje formas coletivas e individuais de trabalho que trouxeram a recomposição das famílias, com mais participação das mulheres, foco nos jovens e no seu acesso à tecnologia digital e no retorno à vida baseada na agroecologia.

Na Guatemala, parte do movimento campesino apoiou o governo e outra formou um partido político. É forte o debate sobre as auditorias sociais e a incidência política, em que o foco se dá nas temáticas da água, terra e território, além de atuar sobre a autonomia e soberania alimentar. O trabalho realizado com comunidades agrárias vai no sentido do enfrentamento da ideia e a desconstrução, na prática, de que a terra é uma mercadoria. Economias campesinas

28

Realização:



Parceria:



Apoio:





são alternativas ao modelo neoliberal (monocultor) por serem pluriativas, com diversidade de produção, incentivo à medicina natural e intercâmbio de sementes.

O Grupo Semillas, da Colômbia, segue no sentido de combater as normas de propriedade intelectual e as privatizações. Muitas normas de controle de qualidade/certificação estão criminalizando os camponeses que trabalham com sementes, de forma a querer garantir que as sementes passem para a propriedade de empresas. É um movimento que encontra resistência também em nível mundial. Liderados pela via camponesa e outras redes, os movimentos contra as normas de certificação apóiam sistemas participativos de conservação de sementes, mas controlados pelos agricultores. É preciso compreender o valor das sementes para as grandes empresas e para os camponeses. Quem controla as sementes controla a base alimentar. As sementes são patrimônio coletivo dos camponeses e seu compartilhamento é parte da resistência e da sua conservação.

As EcoAldeias, aldeias ecológicas e solidárias no campo são comunidades com o projeto comum de gerar cuidados com a produção de alimentos, por meio da agroecologia e da permacultura, no uso da energia solar, de águas negras como adubo na produção de alimentos, na bioconstrução etc., na perspectiva de ampliar as experiências e práticas alternativas ao capital global. Essas comunidades, existentes no Brasil e no Senegal, valorizam a resolução de conflitos de forma humanizada, solidária e pacífica, com metodologias que passam pelo diálogo, pela confiança e pela amizade, criando pontes de fraternidade e empatia.

Na Guatemala, o fortalecimento da soberania alimentar nas comunidades se dá por meio de intercâmbios, recuperando sistemas camponeses tradicionais, como a plantação diversificada nos territórios e a recuperação da cultura culinária relacionada à diversidade nativa. A recuperação da consciência dos consumidores vem através da transformação artesanal de produtos, gerando valor adicional e empregos, integrando aos circuitos as economias locais. A organização de iniciativas associativas soma-se ao compartilhamento de conhecimentos e dos processos de comercialização, que se utilizam de rádios comunitárias e mídias alternativas para a incidência política local a fim de visibilizar as experiências.

OFICINA 5: FAZEMOS A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS

Facilitadora: Carmen Silvia (SOS Corpo/AMB/Plataforma Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político)

Falar de democracia no Brasil nessa conjuntura difícil, ainda que no FSM, não tem sido fácil, mas é compromisso de todos e todas não desistir dela, ainda mais porque a perspectiva aqui é a da reconstrução de paradigmas. A experiência a ser compartilhada nessa oficina é a do movimento feminista e suas formas de organização em bases democráticas, a partir do seguinte roteiro reflexivo: a) Em que medida suas práticas inspiram e constroem os sentidos

29

Realização:



Parceria:



Apoio:





dos direitos comuns e do bem viver?; b) Estratégias de transição para outro modo de viver sugeridas por essas práticas.

A prática alternativa de auto-organização das mulheres está inserida hoje em um cenário de crescimento feminista no mundo. A hipótese do por que desse crescimento é de que as mulheres se organizam de uma forma diferente da forma tradicional de organização dos movimentos e do campo da esquerda. Essa forma ajuda, pela experiência da ação, na capilaridade e na capacidade de organização que esse movimento está tendo hoje.

Sobre a Articulação das Mulheres (AMB), ela tem ajudado a ver um exemplo desse crescimento. O slogan “transformar o mundo enquanto transformamos a nós mesmas e o nosso movimento” implica em transformar e se perguntar sempre sobre nós mesmas. A organização e suas redes locais, às vezes chamadas por nomes diferentes, em regiões diferentes do país, nasceram em tempos diferentes, se organizaram e se inseriram em contextos também distintos. Para a AMB isso é um valor a ser preservado e estimulado.

A diversidade de formas de organização no plano local é possível porque funciona no plano da horizontalidade, com decisões locais realizadas nesse plano da horizontalidade. São mulheres trabalhadoras, com 70% de mulheres negras, que vivenciam níveis diferentes de desigualdade, mas todas na condição de mulheres em luta, antipatriarcais e classistas.

Para fazer a democracia que queremos, valorizamos a forma, a prática desse fazer. Há um olhar muito especial sobre esse aspecto e ele orienta e unifica a organização no plano nacional. As tomadas de decisão não são de decisões vinculantes (porque a plenária nacional é muito menor do que o plano de articulação local/rede de articulação local). O método que se assumiu é “por adesão”. Daí saem as agendas, as pautas nacionais, mas a pauta local tem sua prioridade local. Isso é significativo do movimento feminista como um todo, não se restringe a AMB.

No tocante ao compartilhamento das experiências, na zona sul de São Paulo (SP), uma escola de quatro mil alunos vivenciou uma iniciativa de diálogo por meio do Bairro escola (cidade educadora). Foram mapeados os potenciais locais, os ativos de cultura existentes entre alunos e pais, de forma a iniciar o considerado “outro paradigma de funcionamento” (tecnologia social que mudou a relação escola-aluno, com dinâmica de gestão local, de diálogo com os pais etc.). O resultado disso foi uma escola aberta, não violenta, com uma comunidade escolar feliz.

Também em São Paulo, no Capão, foi iniciado o “movimento de saraus” (ocupações de botecos para expressão de beleza e poesia), chamado de *Pracialidades* (no sentido de estar em e de ocupar praças). A experiência foi capaz de produzir novos potenciais poetas e talentos, estimular pessoas analfabetas ao interesse pela educação, dentre outras vitórias. Ainda em SP, outra iniciativa foi o uso da Permacultura urbana com nordestinos, gerando turismo de base comunitária e um circuito próprio em uma região de aterro, de inundação.

30

Realização:



Parceria:



Apoio:





Como mais uma experiência da “democracia que queremos”, foi trazida a iniciativa da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos), ação que se contrapôs aos EUA e sua ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que visava impor políticas danosas às relações comerciais e financeiras sobre os países da América Latina. A experiência regional abarcou 12 países que formam esta Aliança, com paradigmas de solidariedade e complementaridade entre si. O Brasil não quis entrar na ALBA também por conta das trocas comerciais não usarem o dólar e se basear em uma unidade monetária própria – o Sucre (antiga moeda do Equador). Essa relação tem permitido a troca de serviços entre os países participantes e implicado no seu empoderamento e independência face ao dólar - passo importante para a conquista da soberania dos mesmos.

OFICINA 6: CASOS DE MINERAÇÃO

Facilitador: Padre Dário Bossi (Rede Justiça nos Trilhos)

Três eixos são fundamentais para o enfrentamento das questões de mineração: comunicação, acompanhamento das leis que tratam das questões de mineração no Brasil e fortalecimento das organizações que atuam na defesa dos direitos humanos, em especial, daqueles atingidos por barragens e por questões relacionadas à mineração.

Após o golpe no Brasil, as leis ambientais têm sido bem “flexibilizadas”. Há também quem se critique como as leis têm sido feitas no Brasil e como os deputados têm tratado desse tema, impedindo, inclusive, a entrada do povo na Câmara de Deputados, para se discutir as questões que afetam diretamente as suas vidas. O Brasil é muito minerado, mas se dizia que no Brasil não precisava tratar dessas questões.

A experiência da Justiça nos Trilhos nasceu em 2007, como uma rede que atua na região norte do Brasil, especificamente no Pará. São 27 comunidades ao longo da área em que a organização atua e que é impactada pelas mineradoras. Há uma minério-dependência e racismo ambiental que afeta diretamente a vida das comunidades que estão nessas comunidades, além de haver uma relação entre as finanças e a mineração. A fim de alterar esse quadro, o primeiro passo é fortalecer as comunidades, incentivando-as a defender os seus direitos e evitando a criminalização das lideranças que lutam contra o poderio das mineradoras. Cabe destacar que toda a atuação das mineradoras destrói, diretamente, o meio ambiente e a agricultura local.

Em Honduras, trouxe-se o relato de uma organização que atua para fortalecer as pessoas que são impactadas diretamente pela mineração trazida por uma mineradora canadense que tem gerado muitos conflitos na região e tem tido o apoio do governo. A Igreja católica tem tido um papel importante na luta dos povos dessas regiões, sempre se colocando a serviço daqueles que são marginalizados e excluídos, por sofrerem com o problema das mineradoras e com o preconceito por serem pobres.

Realização:



Parceria:



Apoio:





A Comissão Pró-Índio atua na região do Pará e tem feito resistência frente à atuação das mineradoras que extraem bauxita na região. Tem oferecido assessoria jurídica e apoio em comunicação e fortalecimento dessas populações. Instruem os comunitários sobre as questões relativas à água, barragens e defesa do meio ambiente. Atuam tanto com indígenas como com ribeirinhos. Os desastres ambientais são vários - destruição das florestas, das águas e das pessoas – e há de se construir áreas livres de mineração.

A comunicação criativa pode ser uma grande aliada no enfrentamento travado pelos movimentos sociais, inclusive para desmistificar algumas inverdades repetidas pelas mineradoras. Um exemplo foi da empresa norueguesa que dizia no seu país (imprensa local) que estava tudo bem, mas foram desmascarados pelas mídias aliadas das causas ambientais e tiveram que se explicar frente à mídia, aos investidores, acionistas e poder público norueguês. As ameaças imperialistas são muito fortes e poderosas, mas devemos responder à altura, com dados e comunicação estratégica.

Interessante destacar que algumas organizações financiadoras, que estavam presentes, relataram que não são apenas financiadores, mas fortes aliados das causas em que atuam. No caso, o cuidado e proteção ambiental, contra as destruições causadas pela ganância e pelo consumo desenfreado. Toda a cadeia produtiva das mineradoras e das siderúrgicas deve ser considerada quando se está falando de impactos ambientais.

Um dos participantes relatou sua experiência frente a uma organização da Suíça, que, segundo ele, é um país pequeno, mas com grande importância mundial. Alguns presentes defendem que haja uma maior pressão internacional, usando redes internacionais de apoio, em torno das questões relativas à mineração, além de boicotes, em alguns casos.

Há diferentes níveis de mineração, como também há diferentes tipos de enfrentamentos. Beneficiários finais são atores que precisam ser olhados com cuidado. As empresas devem ser convidadas para debates como o trazido por esta oficina, mas em geral, elas não vêm.

OFICINAS DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS: ALTERNATIVAS DE TRANSIÇÃO PARA AS CIDADES

OFICINA 7: EDUCAÇÃO EMANCIPADORA, A PRÁXIS DA TRANSFORMAÇÃO

Facilitador: RECID (Rede de Educação Cidadã)

Nessa oficina foi transmitido um vídeo da RECID sobre educação popular. A Rede de Educação Cidadã foi articulada a partir do programa Fome Zero, do governo Lula, com o propósito de matar a fome de pão e de consciência. Frei Betto foi um dos seus idealizadores, articulando o trabalho em todo o território nacional, junto a educadores que tinham a tarefa do trabalho de base, de formação política, a partir da metodologia de Paulo Freire. Com o objetivo de

32

Realização:



Parceria:



Apoio:





favorecer a educação política das comunidades, foram 12 anos de ação com investimentos públicos do Governo Federal, buscando tornar a educação popular uma política pública, inclusive de construção das políticas e programas sociais do governo. Um dilema é que, com o golpe, findou-se o investimento, fragilizando a articulação da RECID em todo Brasil. Mais de cem mil pessoas passaram pelas atividades de formação no país, envolvendo sindicatos, pastorais, movimentos sociais, trabalhando questões de gênero, economia solidária e juventude. Cabe destacar que, mesmo sendo um programa público federal, sempre houve questionamentos/ críticas às políticas e ao governo.

A experiência no governo de Lugo, no Paraguai, foi semelhante à da Recid, pois buscava construir políticas públicas contextualizadas, envolvendo os que não têm voz para gerar propostas. Da mesma forma, foi encerrada com o golpe naquele país, aos três anos de mandato. A tentativa de fazer política pública com as pessoas, mas sem legislação e orçamento, coloca-a como uma ação puramente conjuntural. A inexistência de plataforma legal desmantelou rapidamente a iniciativa. Por outro lado, a proposta de emancipação dos setores vulneráveis em rede segue sendo articulada.

Na Colômbia, a escola de formação com comunidades indígenas e afrodescendentes partiu da ideia de que a base – homens, mulheres e crianças – são sujeitos da autoformação comunitária, fortalecendo as capacidades das pessoas em se reconhecer como investigadores/ pesquisadores locais.

Em Honduras, a experiência apresentada foi a de um processo com 30 famílias de quatro comunidades, no desenvolvimento de trocas, como uma escola rotativa. Hoje há grupos de trabalho, com homens na parte agrícola e mulheres que vão definindo os temas que querem trabalhar. Para todas participarem, podem levar as crianças. Hoje há três escolas com jovens, que atuam na metodologia voltada ao aprendizado e à transmissão do que sabem. Os povos camponeses são pesquisadores/ investigadores por excelência. O princípio é “começar pequeno”, a partir dos saberes, das capacidades, da lógica e da metodologia, em um processo de aprendizagem permanente e inovador. Precisamos lutar para converter a política pública de Governo em política de Estado para que, com as rupturas democráticas, elas não se percam ou acabem.

OFICINA 8: CULTURAS DE RESISTÊNCIA, AS JUVENTUDES FAZEM A DIFERENÇA

Uma das experiências apresentadas nessa oficina é a dos e das Secundaristas de São Paulo, que ocuparam mais de 200 escolas, em 2016, resistindo ao Natal e Ano Novo, e dando um importante exemplo de resistência e de luta para o Brasil. Em abril deste mesmo ano, saiu a notícia de que o governo estadual de São Paulo estava desviando a verba da merenda, dando início à mobilização. Toda terça-feira, estudantes das escolas iam à Assembleia Legislativa do

Realização:



Parceria:



Apoio:





estado para pressionar os deputados e deputadas a abrir uma investigação pública sobre a corrupção relacionada ao orçamento das escolas.

Atuaram junto aos grêmios estudantis de luta e se organizaram em assembleias, na construção das ações e manifestações. Tiveram apoio dos movimentos sociais e ativistas em todo o país e resistiram à truculência e violência das forças policiais e do Estado, que, depois de uma briga judicial, conseguiu o direito de poder entrar na escola para a reintegração de posse, inclusive com uso de armas.

Uma das principais lições aprendidas é que a educação não se dá apenas em sala de aula, mas nas ocupações e na luta. Na luta aprende-se, coletivamente, a compartilhar, a se organizar, a se respeitar, a se ouvir, a pensar. Como frutos do movimento, construíram coletivos e peças de teatro, grupos de hip-hop, movimentos e mais movimentos. A juventude em luta aprendeu que fazer política não é apenas votar e ser votado. Que a política está nas ruas, em casa, na escola, em todo lugar.

Outra importante experiência exposta na oficina foi a do Movimento Passe Livre, que ficou conhecido nacionalmente em 2013, mas foi criado em 2001, em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial. A primeira grande revolta do transporte ocorreu em Salvador, na chamada “Revolta do Buzu”. Em 2013, já constituído enquanto movimento, ficou conhecido por conta da forma de se organizar do MPL, cujas características são: não ter liderança, possuir estrutura horizontal a se organizar por fora dos partidos tradicionais.

As revoltas em relação ao transporte público se iniciam, normalmente, na iminência do aumento da tarifa de ônibus. Cada vez que esse aumento se materializa, uma parcela da população é excluída do acesso ao transporte e, portanto, do acesso a saúde, educação, cultura e outros direitos fundamentais. A base do movimento são os usuários dos transportes públicos, estudantes e desempregados, aqueles que não têm renda para se locomover nas cidades.

Outra experiência trazida foi a do movimento dos Estados Unidos Black Lives Matter, que vem atuando em defesa da vida dos jovens negros/as americanos/as. O movimento parte do entendimento que trabalhar com crianças e jovens negros/as na construção de espaços de poder de cultura negra que possibilite tanto o aprendizado sobre cultura, arte, música e história negra como a afirmação de sua identidade é fundamental para que se conheçam, fortaleçam e enfrentem o racismo estrutural da sociedade americana. Incidem nos espaços de educação, escolas, universidades e centros comunitários (incluindo de detenção) buscando levar para os espaços de debate a questão racial de forma lúdica para que jovens negros reflitam e construam argumentos anti-racistas para a vida em sociedade e se defendam melhor na vida em sociedade.

Na busca de encontrar caminhos de educar a juventude negra a pensar uma política que os inclua e que defenda sua dignidade o BLM desenvolve o projeto chamado Escolas de Liberdade

Realização:



Parceria:



Apoio:





(Free School), onde estudantes negros de várias idades passam uma temporada reunidos, mergulhados em livros e em diálogos sobre feminismo negro, luta negra, vitórias, história negra, para empoderá-los/as sobre si mesmos. A música e a arte têm sido importantes instrumentos na luta, por conta do seu potencial educativo e aglutinador. A mudança de paradigma trazido passa por recontar a história do povo negro e fortalecer as juventudes no tocante às suas identidades, ancestralidade e cultura.

Essa mudança que ocorre também no Brasil é expressa em novos coletivos, movimentos e formas de expressão política das juventudes negras, feministas, LGBTs surgiram na última década, de maneira contextualizada e enraizada nas comunidades mais pobres, favelas e periferias do país.

A frase “nada sobre nós sem nós” expressa o protagonismo exigido e a emergência de tomar os espaços da política que hoje excluem negros e negras, principalmente jovens. Representa o contraponto aos espaços que exclui os negros e ao Estado que extermina o povo preto. Uma coisa aprendida com os debates dos movimentos é que as políticas não são feitas por e para essa parcela da população e que o sistema foi criado em cima da exploração do povo negro. A saída é achar um novo jeito de educar a juventude e criar políticas de novo tipo, trocar informações sobre o passado, o presente e o futuro, a fim de criar esse novo futuro.

OFICINA 9: MULHERES QUE PRODUZEM RIQUEZAS E MUDAM VIDAS (não houve esta oficina)

OFICINA 10: POR UMA FRENTE DE RESISTÊNCIA URBANA PARA A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE BEM VIVER E VIDA DIGNA NA AMÉRICA LATINA

Facilitador: Rodrigo Rafael (MTST – Frente de Resistência Urbana)

A Frente de Resistência Urbana é uma ferramenta que se forja a partir dos encontros territoriais, realizados nos espaços de luta. O nome foi herdado da articulação brasileira de organizações que já dialogavam sobre resistências territoriais, educação popular e luta pela terra. A partir desses encontros o processo da resistência urbana pode ser compreendido em seu todo, não de maneira isolada, mas de forma integrada. Os processos de urbanização, de socialização na América Latina - da colonização, das invasões, das desapropriações - foram processos permanentes. A resistência não poderia ser diferente. O histórico da resistência urbana, a atuação das organizações, tem montado o cenário de luta por teto, terra e trabalho - três “Ts” que simbolizam o processo Latino-americano.

O debate pela Reforma Urbana no Brasil, que propunha cidades mais justas, assim como o termo em si, surge no pré-golpe de 1964, em um importante seminário que envolveu movimentos e intelectuais que se debruçavam sobre a questão urbana. Com o avanço do golpe, o projeto foi abortado e a ditadura se utilizou do sonho da casa própria para fazer o BNH – Banco Nacional de Habitação, em um grande processo de aliança com as construtoras.

35

Realização:



Parceria:



Apoio:





As propostas de Reforma Urbana de João Goulart ficaram paradas, mas, no período de redemocratização brasileiro, nos debates da constituinte, elas voltam com muita força, sendo base para o capítulo da Constituição que versa sobre o assunto. A partir daí se materializam grandes ciclos de luta, que possuem marcos e conquistas legais importantes, a partir da mobilização popular, como: o Estatuto da Cidade, em 2001; a criação do Ministério das Cidades, em 2003; a criação da Lei do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Lei aprovada em 2005 e; algumas leis relacionadas à mobilidade urbana.

Apesar da criação do ministério, com perfil progressista e com figuras importantes da luta pelo Direito à Cidade em sua composição, a partir do episódio do chamado “Mensalão”, a construção começa a ruir. Os limites da participação popular e dos instrumentos governamentais, como as conferências, tornam-se um dique de contenção ao avanço das políticas. Eles não só aparecem como estimulam o processo de criação da Resistência Urbana, em 2007, e escancaram o limite das lutas institucionais nesse campo.

A Frente de Resistência Urbana, composta pelos países Chile, Brasil, Argentina e Colômbia, possui um tripé de ação: 1) crítica à luta institucional, que, em um dado momento se resumiu ao que estava posto nas leis, sem reconhecer que o poder popular nasce de baixo pra cima, emana do povo; 2) crítica à conciliação de classes, pois não é possível ter cidades e sociedades mais justas por meio dela; 3) ação direta, com grandes jornadas de luta, trancamento de vias e ocupação de prédios públicos.

As ações diretas têm se desdobrado em diversas frentes de luta, na busca por direitos em uma perspectiva territorial. É fundamental compartilhar as experiências trazidas pelas ocupações urbanas, grandes laboratórios desse ciclo de movimentação ativa que é a Resistência Urbana. Esse compartilhamento já acontece, com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e outras organizações, de forma a reforçar a ideia que o debate sobre as cidades está para além do capital e de que é preciso criar um pacto político a partir dos de baixo. Pacto esse que visa construir, de fato, uma nova maioria política no Brasil, fazendo com que as maiorias sociais que estão nas ocupações e fora delas se tornem verdadeiras maiorias políticas.

Há uma reorganização dos trabalhadores no mundo, de forma a buscar alternativas de luta e estratégias que se contraponham ao sistema, que é baseado na exploração e no lucro. A economia popular e solidária, de base cooperativista, tem cumprido um papel fundamental na construção de novos paradigmas. Esses novos paradigmas se sustentam nos valores da solidariedade, no compartilhar de experiências e na ação coletiva.

É vivido hoje no Brasil, não apenas um período de golpe, mas de cerceamento das liberdades democráticas. Cidades militarizadas, encarceramento em massa e extermínio das juventudes negra e pobre do país. É necessário criar uma resistência prolongada, frente a tamanha instabilidade política, com a ampliação da ação concreta nas comunidades, dos vínculos e das consciências coletivas. Trabalhos reais cotidianos. Partilhar cada vez mais experiências coletivas, responsabilidades com a luta e poder com o povo. Compreendendo que esse povo não é um ente homogêneo, mas corporizado em mulheres e homens, em sua maioria negros e negras, jovens trabalhadores. Economia popular e cultura, juntas, para recriar o pacto político e efetivar o poder popular no Brasil.

36

Realização:



Parceria:



Apoio:





OFICINA 11: POR UMA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E UM TRANSPORTE PÚBLICO LIVRE

A questão do transporte é uma questão social e a resposta dela está no movimento social. A questão do transporte público sempre esteve envolvida em grandes manifestações e lutas. É parte da luta pela construção e reconstrução das cidades, da vida em sociedade, como conectar partes diferentes da sociedade.

Em 1971, começou em Dortmund, na Alemanha, um processo de luta por transporte público gratuito que envolveu muitos setores da sociedade. Isso foi expandido para outras cidades e se tornou uma questão social mais geral, tornando-se uma palavra de ordem em muitas cidades e passando a ser, junto à regulação, uma das principais pautas da administração do país. Ocorreram duas experiências lideradas por governos que, de fato, construíram sistemas de transporte público grátis. Elas duraram pouco tempo, mas ensinaram ao povo de que era importante colocar o transporte público no mesmo lugar do que as pautas da saúde, educação, e demais direitos básicos. Há experiências parecidas na Estônia, na Itália e outros lugares.

Hoje, na Europa, com a presença dos imigrantes, a ebulição social e as lutas contra a desigualdade que, novamente, é estampada nas ruas, esses temas fundamentais retomam a centralidade. A luta por tarifa zero do transporte tem tudo a ver com a luta contra o racismo, a favor dos refugiados etc. Estão criando agora movimentos de desobediência civil que estimulam as pessoas a não pagarem os transportes, e que dá, inclusive, assistência jurídica para essas pessoas, caso precisem.

Na França, há uma onda ecológica que tem unificado setores de esquerda e de direita, e que tem o transporte público como chave: “Quanto mais ônibus e metrô, menos carros nas ruas”. Isso tem sido importante, por unir o debate da mobilidade urbana com temas mais amplos, como o ecologismo, e se tornar referência para outros locais.

No Brasil, mesmo com um governo de esquerda as coisas não avançaram, por vários motivos. Um deles porque o governo Lula abriu mão do Ministério das Cidades, o que travou a lei da Mobilidade proposta, entre outras questões. É comum que a esquerda brasileira trate essa pauta como menor, rebaixada às pautas econômicas, mas isso precisa mudar. O transporte precisa ser visto como um direito humano e constitucional.

OFICINA 12: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS – AGENDA 2030

Facilitadores: Abong, São Paulo. Assessorias do INESC, REBRIP, da própria ABONG e da representante da Delegação da União Europeia no Brasil.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgem a partir de um processo longo, que vem desde a Conferência da ONU Rio-92. Passa pelo ciclo de conferências mundiais (Habitat; Mulheres, em Beijing; Financiamento ao Desenvolvimento; etc.), que se encerra no início dos anos 2000. Estas conferências mobilizaram muitos movimentos sociais e

Realização:



Parceria:



Apoio:





organizações da sociedade civil em todo o mundo. Conseguiram constituir um marco de princípios bastante importante, do ponto de vista de quem defende os direitos humanos.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram definidos, em 2000. Na perspectiva dos defensores dos direitos humanos, houve uma redução do que a sociedade civil já havia definido como fundamental, nos ciclos de conferências, e fazendo coro aos interesses corporativos que se somaram ao acordo proposto.

Os ODS avançam em relação aos ODM, por terem sido mais participativos no seu processo de construção. São 17 ODS e 169 metas, sendo que um deles visa especificamente a redução das desigualdades. De toda forma, não é possível esquecer que a Rio+20 trouxe os ODS, mas trouxe também a “economia verde” e sua financeirização da natureza.

A União Europeia, que se considera um motor da Agenda 2030, participou desde o início no processo de elaboração dos ODS. Ela se atribuiu o papel de divulgar e impulsionar estes Objetivos. E tem feito o monitoramento da efetivação dos ODS em escala mundial. Desde 2017, se comprometeu a fazer relatórios anuais deste monitoramento, além de cobrar dos governos e da sociedade civil a sua efetivação, tendo inúmeros projetos em execução, todos eles em relação com os ODS.

Mesmo com o esforço apresentado pela representação da União Europeia, necessitamos trabalhar na apreensão do conteúdo da proposta dos ODS e aterrissar os ODS nas nossas realidades, baixar os ODS ao plano dos territórios. É verdade também, que muitos municípios não conhecem a agenda 2030 e, em algumas regiões e países, não se fala sobre ODS. A ONG *Agenda Pública* fez uma pesquisa no Brasil para saber sobre os ODS. Apenas 5% das organizações da sociedade civil atuam a partir da pauta da Agenda 2030 trazida pelos ODS.

A principal crítica é que os ODM beneficiaram uma parte da sociedade, mas não toda ela. Os indicadores não eram suficientes para ter este resultado mais expressivo. Se levarmos em conta que, em alguns de nossos países, há em curso uma política econômica de ajuste fiscal, de austeridade, também boa parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será prejudicada. Os tratados de livre comércio, como entre o Mercosul e a União Europeia, não ajudam o povo, mas o prejudicam, tanto na América Latina como na Europa, por beneficiarem apenas as grandes empresas, as multinacionais. Em que medida o ODS da questão ambiental vai poder ser atingido? O agronegócio, a ampliação da fronteira agrícola, o uso dos agrotóxicos, as consequências negativas para a saúde, tudo isso está envolvido e pesa negativamente.

A pergunta é: os ODS ajudam a enfrentar as principais questões que nos preocupam, as questões da efetivação dos direitos? O que podemos responder é: eles ajudam, mas não podemos nos restringir a eles, eles não podem ocupar o lugar central. O que deve ocupar o lugar central é a luta por direitos, é a dignidade das pessoas, que vai além dos ODS.

O fato de o Brasil ser signatário dos ODS faz com que, mesmo com as críticas ao alcance real dos objetivos, possamos pressionar o governo brasileiro a cumpri-los. Há coletivos que estão assumindo a temática dos ODS, é importante ressaltar o papel da Delegação da UE no Brasil, o papel que tem exercido no diálogo com as organizações da sociedade civil (e com a Abong, em particular) e na contribuição que tem trazido. Ainda assim, é preciso compreender que os

Realização:



Parceria:



Apoio:





movimentos sociais não estão envolvidos na Agenda 2030, tanto pelo desconhecimento e distanciamento da pauta, quanto por conta das limitações políticas que os ODS trazem consigo.

Realização:



Parceria:



Apoio:

